

Projeto Político Pedagógico



EEE São Francisco de Assis

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA	4
OBJETIVO.....	5
OBJETIVO GERAL	5
OBJETIVO ESPECÍFICO	5
MARCO SITUACIONAL.....	7
IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	7
DOS REGISTROS	7
ATO DE CRIAÇÃO	7
RESPONSÁVEIS PELA ESCOLA.....	7
SUBORDINAÇÃO.....	8
JURISDIÇÃO.....	8
HISTÓRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	8
QUADRO DE FUNCIONÁRIOS	9
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	10
CARACTERÍSTICA DA CLIENTELA ESCOLAR	10
NÍVEL DE DEFICIÊNCIA.....	10
ORIGEM.....	10
CRITÉRIOS DE AGRUPAMENTO PARA FORMAÇÃO DE CLASSE	10
CRITÉRIOS PARA MATRÍCULA.....	10
AVALIAÇÃO PSICODIAGNÓSTICA.....	10
MATRÍCULA INICIAL.....	11
PARA MATRÍCULA INICIAL SERÃO EXIGIDOS.....	11
DOCUMENTOS A SEREM ASSINADOS NA MATRÍCULA	11
DEVERES DOS PAIS/RESPONSÁVEIS.....	12
CRITÉRIOS PARA TRANSFERÊNCIA.....	12
PLANO DE AÇÃO À CLIENTELA	13
MARCO CONCEITUAL	14
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	15
CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	16
CONCEPÇÃO DE HOMEM	17
CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	18
LINHA DE ATUAÇÃO	19
MARCO OPERACIONAL	19
CONSELHO DE CLASSE	20
CONSELHO DE ESCOLA.....	23
PROPOSTA PEDAGÓGICA E REFLEXÃO COLETIVA SOBRE A PRÁTICA DOCENTE.....	24
UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS	24
ESPECIFICIDADES LOCAIS - ARTICULAÇÕES DE EVENTOS/ PROJETOS.....	25
EIXOS ORGANIZADORES DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR: P.P.P.....	25
GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE CRÍTICA DA FUNÇÃO DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS	25
PRINCÍPIOS QUE DEVEM NORTEAR O TRABALHO DA EQUIPE PEDAGÓGICA	26
LINHAS DE ATUAÇÃO	26

POSICIONAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO.....	26
PROPOSTA EDUCACIONAL	29
AUTONOMIA.....	31
DIVERSIDADE.....	31
INTERAÇÃO E COOPERAÇÃO.....	31
DISPONIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM.....	33
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO	34
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	34
SELEÇÃO DE MATERIAL	35
REFERÊNCIAS	38

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Escola da EEE São Francisco de Assis, em consonância com a Federação das APAE's do Estado de São Paulo e com a Política Nacional de Educação Inclusiva, na continuidade da prestação serviços de atendimento às pessoas com deficiência, além da defesa de seus direitos, colaborando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, estabelece o instrumento orientador para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Colocar-se diante do desafio de construção de um sistema de ensino funcional e inclusivo, a partir da articulação dos diferentes segmentos, oferecendo às pessoas com deficiência oportunidades diversificadas, visando atender às distintas e singulares necessidades de aprendizagem e de seus desenvolvimentos, propõe-se sistematizar um documento que todos possam se orientar e fundamentar de maneira segura e liberal.

Desta forma, a APAE de Miracatu, mantenedora da EEE “São Francisco de Assis”, garante o direito à educação de todos aqueles que, em função de necessidades específicas, não conseguiram se beneficiar das classes comuns de ensino regular.

As diretrizes apresentadas traduzem a proposta já articulada entre o Colegiado das APAE's, representativo da Federação Estadual das APAE's de São Paulo e a equipe da SEE/CGEB/CAESP/CAPE. Juntas definiram ações conjuntas, visando ao melhor atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e com transtornos globais do desenvolvimento no Estado de São Paulo, que compatibilizando os interesses institucionais das partes e prevalecendo ao direito de nos orientarmos seguramente como a construção deste documento norteador.

Este documento estabelece diretrizes que possibilitam contemplarmos, de fato, a intenção educacional apresentada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, uma vez que coopera parceria com a nossa instituição, pois se discrimina as etapas da modalidade de Educação Especial, de modo a contribuir com as ações educacionais, propriamente, da Secretaria da Educação.

A busca de convergência que caracteriza este trabalho visa à colaboração e à ação compartilhada entre as partes, em observância à legislação vigente, levando em consideração as tendências e avanços educacionais na área, em âmbitos nacional e local.

É imprescindível o desenvolvimento de ações e a promoção de recursos institucionais direcionados ao trabalho com alunos com deficiência da EEE “São Francisco de Assis”. Neste sentido, é importante empreender esforços para

estabelecer ações cooperativas e integradas, mediante parcerias, conforme estabelecida entre a APAE e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, como também, entre a APAE e a Prefeitura Municipal. Este instrumento traduz os esforços neste sentido, envolvendo profissionais representantes dos segmentos desta Unidade Escolar.

Nossa maior intenção é de contribuir para o processo de inclusão do aluno com deficiência e seu atendimento educacional, tendo em vista a criação de condições favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação social.

Vale ressaltar que o movimento social das APAE's reitera o seu compromisso, contextualizado historicamente, em favor da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, investindo na viabilidade de articulações com o Poder Público, em diversas instâncias, com a sociedade civil e setores representados, de modo a alcançar este mesmo fim.

Para alcançar essas metas, o Conselho de Escola da EEE "São Francisco de Assis", reúne-se periodicamente com o fim precípua de integrar seus saberes e práticas e refletir sobre questões prioritárias do Movimento Apaeano local. Entre as questões em pauta, discutir e viabilizar propostas de integração, mediante as diretrizes do presente documento, com a finalidade de associar esforços para fazer cumprir as metas da política de educação inclusiva do Estado.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao educando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o mundo do trabalho (futuro) e melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Possibilitar o desenvolvimento do potencial da pessoa com deficiência melhorando sua qualidade de vida.

Propiciar às pessoas com deficiência condições para que sua individualidade se manifeste.

Oferecer diferentes possibilidades técnicas e instrumentais para melhor preparação da pessoa com deficiência para a vida.

Sensibilizar a sociedade para a causa da pessoa com deficiência, reduzindo seus preconceitos, ampliando sua consciência quanto ao seu papel.

Assegurar divulgar os direitos da pessoa com deficiência.

Oferecer às pessoas com deficiência condições adequadas para o desenvolvimento do seu potencial proporcionando sua inclusão no meio social;

Oferecer programas educacionais adequados de acordo com seus interesses, necessidades e possibilidades abrangendo todos os aspectos que favoreçam o desenvolvimento geral do educando, visando sua inclusão, participação e realização pessoal na sociedade;

Dar oportunidade de aperfeiçoamento familiar e comunitária de modo a gerar ambiente adequado à pessoa com deficiência, tanto em casa como no contexto onde está inserida, de maneira a desenvolver ao máximo às suas peculiaridades.

Propiciar o desenvolvimento integral do educando, em seus diversos aspectos (físico, psicológico, intelectual e social);

Desenvolver hábitos, atitudes e habilidades básicas, preparando o educando para vida e o trabalho, oportunizando experiências de atividades laborativas na escola, família e comunidade, preparando-o para a vida;

Proporcionar às pessoas com deficiência, programas que visem à competência de vida diária (higiene, alimentação, lazer, cuidados pessoais e comunicação);

Buscar melhoria na qualidade de ensino para que haja também melhoria na qualidade de vida e nas relações humanas;

Proporcionar situações de aprendizagem, vivenciando os valores morais e auxiliando os indivíduos na formação de uma sociedade mais justa e humana;

Promover o desenvolvimento profissional da equipe técnica, procurando dar continuidade aos seus estudos e os capacitando para uma melhoria contínua na qualidade do exercício profissional;

Considerar que todos são capazes de aprender e interagir socialmente;

Garantir que o conhecimento, do qual o professor é possuidor, seja efetivamente oportunizado a todos os alunos;

Possibilitar ao aluno seu autoconhecimento, a fim de que ele desenvolva sua autoimagem e venha a atuar de forma independente e possa, assim, ampliar suas relações sociais;

Propiciar o desenvolvimento da capacidade de aprender aos educandos, tendo como meio básico a leitura, a escrita e o cálculo;

Envolver a família no processo educativo, prestando-lhe apoio, orientação e cuidados nos atendimentos específicos;

Favorecer e promover a inclusão escolar dos educandos da APAE na rede regular de ensino;

Conscientizar os profissionais da instituição da missão da escola para alcançar resultados nos programas/projetos desenvolvidos, levando os alunos ao grau de conhecimento ou performance que representa a conquista desses resultados;

Proporcionar orientação familiar à comunidade, de modo a gerar ambiente adequado à pessoa com deficiência, em casa como no contexto onde está inserida, de maneira a desenvolver ao máximo as suas potencialidades;

Realizar trabalhos coletivos e atividades diversificadas para melhorar o ensino aprendizagem;

Dar oportunidade ao educando de ampliar seus conhecimentos para obter aproveitamento necessário ao seu desenvolvimento integral com vista à empregabilidade.

MARCO SITUACIONAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola de Educação Especial “São Francisco de Assis”

Endereço:

Rua Benedito Moura, 35 – Jardim Miracatu – Miracatu/SP - CEP: 11.850-000

Fone: 13 99705 9161

E-mail: apaemiracatusp@hotmail.com

DOS REGISTROS

Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 12/06/1998, publicada no D.O.E de 13.06.98, pág. 20, Poder Executivo, Seção I, através da Coordenadoria de Ensino do Interior – Delegacia de Ensino de Miracatu.

ATO DE CRIAÇÃO

Com base no Decreto 7.510/76, alterado pelo Decreto nº 39.902/95; Resolução SE 3/96 e nº 76/95, com fundamento na Deliberação CEE 26/86, alterada pela Deliberação 11/87, Deliberação CEE 33/72, à vista do que consta no Processo nº 186/98, ficando autorizado o funcionamento do curso de Educação Infantil (Estimulação e Pré-Escola) e do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries).

RESPONSÁVEIS PELA ESCOLA

Diretor de Escola: Irineu Lopes

Diretor Administrativo: Luís Alberto Avalos

Coordenadora Pedagógica: Sandra Eliza de Ramos Gomes

SUBORDINAÇÃO

Diretoria de Ensino Região de Miracatu

JURISDIÇÃO

Regimento Escolar

HISTÓRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 1997, a APAE deu entrada na Delegacia de Ensino de Miracatu, atual Diretoria de Ensino – Região de Miracatu, com o Processo nº 186/98, para a criação da “Escola de Educação Especial” e regulamentar o atendimento educacional especializado com os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Com a Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 12/06/1998, publicada no D.O.E de 13.06.98, pág. 20, Poder Executivo, Seção I, através da Coordenadoria de Ensino do Interior – Delegacia de Ensino de Miracatu, dá-se o Ato de Criação da Escola de Educação Especial: com base no Decreto 7.510/76, alterado pelo Decreto nº 39.902/95; Resolução SE 3/96 e n.º 76/95, com fundamento na Deliberação CEE 26/86, alterada pela Deliberação 11/87, Deliberação CEE 33/72.

Em 2003, a Federação Estadual das APAE's, conforme orientação, solicitou às suas afiliadas atualizações no Regimento Escolar, onde aproveitamos a oportunidade para alteração do nome da escola, sendo sugerido entre os funcionários e Diretoria, os seguintes nomes: “João Hirotaka Kayó”, “Marina Tenguam” e “São Francisco de Assis”.

Para haver uma ação democrática junto à comunidade foi solicitado pela Diretoria Mantenedora que houvesse uma eleição na forma de telefonemas, diretamente com a Rádio “Nativa FM” (hoje extinta), para a escolha desses três nomes. No final da tarde, a Rádio apresentou o nome que a APAE estaria colocando em sua escola, sendo então, “Escola de Educação Especial ‘São Francisco de Assis’”.

Em 2004, a APAE recebe a doação de um terreno para a construção da sede própria e para o funcionamento adequado da Escola de Educação Especial “São Francisco de Assis” nos termos da Lei 1.279/04 de 16 de dezembro de 2.004, assinada na época pelo Prefeito Municipal Itamar Tavares de Mendonça, sendo desafetado e passando à categoria de bem dominical e autorizada destacar para doar.

Em 2010, iniciou-se a pré-construção da instituição com recursos de uma emenda parlamentar de um deputado estadual “Samuel Moreira”.

Em 2011, com recursos próprios, a APAE ampliou a construção da escola que finalizou no início de 2012.

Em 2012, foi inaugurada a sede própria da APAE e da Escola de Educação Especial “São Francisco de Assis” com 94 alunos.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

NOME	CARGO
EQUIPE GESTORA	
DIREÇÃO, PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA	
Irineu Lopes	Diretor de Escola
Luís Alberto Avalos	Diretor Administrativo
Sandra Eliza de Ramos Gomes	Coordenadora Pedagógica
EQUIPE TÉCNICA	
Larissa Roberta Vicentini	Psicóloga
Samara Barros dos Santos	Nutricionista
Viviane Gleicy da Costa Silva	Assistente Social
EQUIPE DOCENTE	
Artur Henrique Mendes de Faria	Professor de Educ. Física
Adriana Duarte Vieira	Professora
Débora Marques Sargento	Professora
Marineide Lins Ferreira de Oliveira	Professora
Rejane da Silva Gomes	Professora
Roseli Xavier da Silva	Professora
Rosemeire Coelho de Souza	Professora
Sandra Eliza de Ramos Gomes	Professora
EQUIPE OPERACIONAL E DE APOIO	
Elenice Pupo Ferreira da Silva	Educadora Social
Antônia Maria da Silva	Merendeira
Lúcia Helena da Silva Bomfim	Servente

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

CARACTERÍSTICA DA CLIENTELA ESCOLAR

NÍVEL DE DEFICIÊNCIA

Pessoas com Deficiência Intelectual, Multideficiência (associada à Deficiência Intelectual), Transtorno Global do Desenvolvimento.

ORIGEM

- Nível socioeconômico das famílias: 95% considerado de nível socioeconômico baixo.
- Local de residência: 45% da área urbana e 55% área rural.

CRITÉRIOS DE AGRUPAMENTO PARA FORMAÇÃO DE CLASSE

- As classes são formadas pelo Conselho de Escola levando em consideração:
 - Nível de desenvolvimento intelectual, perceptivo, motor, social e de comunicação.
 - Faixa etária.
 - Nível de aprendizagem escolar.
 - Mudanças física, em função da puberdade.
- Total de alunos por sala:
 - Deficiência Intelectual – 15 (máximo)
 - TGD – 04 (máximo)
 - Deficiência Múltipla – 04 (mínimo)
 - Quando mista, considera-se o número máximo.

CRITÉRIOS PARA MATRÍCULA

AValiação PsICODIAGNÓSTICA

Ao ser encaminhado pela escola da rede regular de ensino para avaliação nesta instituição, o aluno traz consigo um relatório pedagógico e é submetido a uma avaliação inicial psicodiagnóstica e pedagógica realizada por profissionais habilitados para a finalidade.

Sendo diagnosticado e tendo perfil para o ingresso nesta escola, o aluno passará por uma avaliação biopsicossocial.

Só será efetuada a matrícula mediante Declaração de Transferência autorizada pelo Departamento Municipal de Educação e/ou pela Diretoria de Ensino.

O aluno será acompanhado durante todo o ano e sendo feito o psicodiagnóstico, quando necessário.

Os resultados das avaliações são registrados pelo Técnico Responsável, com objetivo de documentar o processo evolutivo dos alunos e arquivado em prontuário individual (Prontuário da Equipe Técnica).

Para matrícula será exigido: Certidão de Nascimento, 1 foto 3X4 recente, documentos que atestam tutoria (quando for o caso), endereço atual e termo de compromisso de pais ou responsáveis, além do RG, CPF e Cartão do SUS.

MATRÍCULA INICIAL

A matrícula inicial será realizada normalmente no período previsto no calendário escolar.

Pelas características da escola, poderá receber matrículas novas quando houver vaga em qualquer época do ano.

PARA MATRÍCULA INICIAL SERÃO EXIGIDOS

Avaliação diagnóstica interdisciplinar realizada por profissionais habilitados da área de saúde e pedagógica;

- Requerimento assinado pelo pai responsável;
- Apresentação de certidão de nascimento;
- Fotografia 3x4;
- Documentos que atestem a tutoria quando for o caso;
- Comprovante de residência;
- RG, CPF e carteira do SUS

DOCUMENTOS A SEREM ASSINADOS NA MATRÍCULA

- Ficha de matrícula;
- Regulamento e Compromisso;

- Termo de Responsabilidade;
- Termo de Autorização.

DEVERES DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

- Acompanhar o rendimento escolar dos filhos;
- Atender os comunicados e chamados da instituição;
- Responsabilizar-se pela frequência e pontualidade de seus filhos nas atividades propostas;
- Comparecer às reuniões sob pena de suspensão do atendimento;
- Participar de atividades socioeducativas e socioculturais propostas pela instituição;
- Atender às exigências documentais (manutenção de documentação, endereço, telefone, e-mail) atualizadas;
- Comparecer aos atendimentos complementares quando solicitado;
- Manter material do aluno em ordem, bem como seu uniforme;
- Ler diariamente os recados, assinar e responder no caderno de recados.

CRITÉRIOS PARA TRANSFERÊNCIA

A transferência dos alunos pode ser efetuada em qualquer época do ano, sempre que seja solicitado pelo seu responsável.

Na transferência, o aluno levará relatório completo (elaborado pela equipe interdisciplinar e/ou multidisciplinar).

No recebimento de transferência de alunos será solicitado relatório de desempenho e avaliação.

PLANO DE AÇÃO À CLIENTELA

Considerando que a prática educativa é reflexiva e dialógica e que o ato pedagógico é um ato político, acredita-se na força de transformação social do ato de educar. Para tanto, o professor deve ser dinâmico, criativo, atento às questões locais, mundiais e tecnológicas; ser conhecedor das concepções pedagógicas adotadas pela escola, norteadoras da sua ação educativa, como condição essencial para a autonomia e autoria de pensamento.

As etapas da Educação Básica e programas para o atendimento ao alunado desta escola são:

a) **Educação Infantil** – Na estrutura operacional-funcional proposta pela APAE Educadora, a Educação Infantil, voltada para um currículo funcional, realiza-se por meio de dois programas:

- **Educação Precoce** – envolvendo alunos na faixa etária de 00 ano a 03 anos e 11 meses, sendo crianças em situação de risco ou que tenha alguma necessidade específica, como atraso no desenvolvimento global;
- **Educação Pré-Escolar** – envolvendo alunos de 04 anos a 05 anos e 11 meses, possibilitando o atendimento de necessidades, capacidades e interesses dos alunos por meio de experiências previstas no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.

b) **Ensino Fundamental** – Na estrutura operacional-funcional proposta pela APAE Educadora, o ensino fundamental realiza-se por meio de duas fases:

- **Fase I - Escolarização Inicial** – os programas de Escolaridade envolvendo alunos de 6 anos a 14 anos e 11 meses, possibilitando o atendimento de necessidades, capacidades e interesses dos alunos por meio de experiências previstas nos PCN's, voltada para um currículo funcional.
- **Fase II - Programa Socioeducacional** – envolvendo alunos a partir de 15 anos, possibilitando o atendimento de necessidades, capacidades e interesses dos alunos por meio de experiências previstas nos PCN's, concomitante com a Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos – 1º Segmento da Educação para Jovens e Adultos, voltada para um currículo funcional.

c) **Educação Especial para o Trabalho** – Conforme as Diretrizes para a Educação Especial para o Trabalho o Programa de Habilidades Gerais, a partir de 15 anos e organizado em quatro módulos estruturantes.

Vejamos a tabela:

CURSOS	FASE/CICLO/PROGRAMA			IDADE
Educação Infantil	Educação Precoce			00 a 03 anos
	Educação Pré-Escolar			04 a 05 anos
Ensino Fundamental	Fase I	Escolarização Inicial	1º ao 5º ano	06 a 14 anos
	Fase II	Programa Socioeducacional	1º ao 5º ano	15 a 29a11me
Educação Especial para o Trabalho	Programa de Habilidades Gerais		Módulo I	a partir de 15 anos
			Módulo II	
			Módulo III	
			Módulo IV	

MARCO CONCEITUAL

A sociedade, hoje é marcada por ampla carência de valores éticos e morais nos diversos níveis de sua organização, onde se valoriza o ter e o poder, as pessoas buscam enriquecer a qualquer preço.

Esta marca afeta não só as diferentes instituições, mas também a vida das pessoas com a violência tanto urbana quanto doméstica.

A lógica das relações sociais, política econômica está distante de ser ideal para uma boa formação ao sujeito cidadão.

A sociedade em que vivemos apresenta-se até certo ponto injusta, pois se a mesma evoluiu em tecnologia, não deu a oportunidade a todos os alunos no mesmo momento. A passos lentos, mas isto está sendo corrigido pois nossa escola está recebendo computadores e com eles a internet, que beneficiará alunos e professores na expansão e aquisição dos saberes.

Desde o surgimento da humanidade os homens vivem em grupos: sua vida está na dependência de outros membros do grupo social, ou, seja, as histórias de suas vidas e as histórias da sociedade se entrelaçam e constroem uma sociedade melhor. Em decorrência disso, podemos compreender que organização da sociedade, a existência das classes sociais, vão acontecendo pela ação prática e concreta dos homens, e é por uma sociedade mais justa, igualitária, onde o “ter” jamais suprima o “ser” que esta entidade educacional prima.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O sentido maior da educação é preparar cada aluno para compreender a importância de sua cidadania, o valor de sua participação no grupo social, o preço incalculável de seu caráter.

A educação se relaciona com o processo histórico e organização social. As relações entre educadores e educados são permeadas pela realidade que deve ser analisada de forma crítica, a fim de preparar o aluno, para as transformações na sociedade alterando as contradições sociais, desvendando o real, realizando o significado histórico de liberdade, igualdade e propriedade que a maioria da população desconhece devido à concepção elitista e as relações capitalistas.

Aos educadores cabe a reconstrução do conhecimento que seja relevante social, cultural, e politicamente.

... preparar culturalmente os indivíduos significa possibilitar-lhes a compreensão da visão do mundo presente na sociedade, para que possam agir aderindo, transformando e participando da mudança dessa sociedade. Neidon Rodrigues (1985).

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual, os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social.

A prática educativa não é apenas uma experiência da vida em sociedade, mas também, o processo de prover indivíduos de conhecimentos que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

O processo educativo, onde quer que se dê seja sempre contextualizado social e politicamente, há subordinação à sociedade que lhes faz exigências, determina objetivos e lhes prove condições e meios de ações.

A educação é um fenômeno social, isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade.

Na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos; este fato se repercute tanto na organização econômica e política quanto na prática educativa.

Assim as finalidades e meios da Educação valeram-se à estrutura dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinadas.

Na formação humana, estão inseridos também os aspectos científicos técnicos e éticos, acrescentando-se ainda os elementos cognitivos, referendados

pela aprendizagem, ensino, habilidades, conhecimentos, capacitação e qualificação, considerando ao mesmo tempo a socialização.

O professor deve ser um mediador pedagógico, facilitador e incentivador da aprendizagem.

Deve estar à disposição para ser ponte entre o aprendiz que vai adquirindo conhecimentos que são incorporados ao seu mundo intelectual e vivencial ajudando-o a compreender a sua realidade humana e social.

Devem se considerar as palavras-chave diálogo e comprometimento, como fundamentais ao seu empreendimento, além disso, ele deve ter a capacidade de dialogar, exercendo a sua autoridade, respeitando aos seus alunos e dando espaço e voz para que os mesmos apresentem seus anseios e necessidades.

O aprendizado advém da participação de todos no processo educativo, levando em consideração a individualidade e a interatividade do educando no contexto do processo de ensino-aprendizagem.

Em relação ao tipo de cultura que deve ser valorizada, nós como educadores, não podemos desvalorizar as culturas, devemos respeitar a realidade de cada um, independente da cultura, cor, ou raça, para que não haja preconceitos nem discriminação dos saberes culturais, para tanto, devemos priorizar o conhecimento pré-adquirido de cada cidadão e a partir desses conhecimentos, incutirem a sistematização de saberes, transformando, inovando e valorizando a bagagem de conhecimentos e de valores de cada ser.

Para que este contexto se torne real queremos e devemos manter relações de poder igualitário, pois se sonhamos com uma sociedade menos agressiva e injusta, então, não podemos pensar em “poder”, pois escola não significa posse, e sim cidadania.

Quanto a ética escolar, procuraremos não fazer da escola um estacionamento de crianças e jovens; e sim, estaremos aptos a aprender a ver o outro como o outro, e não como um ser estranho e estanque, socializaremos conhecimento e aprendizagem, pois somos seres inacabados à busca de conhecimentos e mudanças, considerando, que buscar é aprender, que conflitos não são confrontos, que diferenciar não é ético, e que aspectos práticos se sobressaíam com cooperação, para que todos façam a sua parte, e que o conhecimento seja a ferramenta de liberdade coletiva e dinimizadora.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Acreditamos que o conhecimento não segue um caminho linear, mas prosseguem entre descobertas, dúvidas, retomadas, obstáculos, avanços. Uma

turma de alunos, jamais conseguirá aprender de forma homogênea em relação a uma turma de estudo, compreendendo todos ao mesmo tempo e modo.

A avaliação é uma atividade pedagógica fundamental, a qual deverá considerar tudo aquilo que o aluno trouxe, e aprendeu a produzir a partir do que foi apresentado em sala de aula, servindo para averiguar o seu próprio crescimento e a elaboração do seu conhecimento, passando a ser um processo de construção coletivo, que busca atender as necessidades apresentadas pelo discente.

Igualmente, avaliações e recuperações de estudo, devem prosseguir com experiências educativas que provoquem o estudante a pensar, refletir e agir sobre os conceitos e noções em construção.

A avaliação da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, ajudando-o na apropriação dos conteúdos significativos (conhecimentos, habilidades, hábitos, convicções).

CONCEPÇÃO DE HOMEM

O homem é ser apto às dimensões sociais e assim como o mundo, é dinâmico e sofre mudanças, alterações biofísica, psicossomática, espiritual, religiosa e está em constante crescimento, constrói-se a medida em que se relaciona com os outros.

Ele possui necessidades físicas, sociais, éticas, intelectuais, afetivas e religiosas. É criativo, é determinado pelas circunstâncias e ao mesmo tempo transformador da realidade, assim como recebe influências da sociedade e é capaz de assumir-se como sujeito e agente de transformação.

Depois a experiência vivida, as esperanças, as aspirações, as ansiedades, as recordações, as frustrações, as conquistas que marcam profundamente cada um dos homens e, tudo isso coisas impulsiona cada um a seguir um caminho.

O ser humano se constitui numa trama de relações sociais, na medida em que ele adquire o seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vive, produz, consome e sobrevive. Com isto estamos querendo dizer que o ser humano emerge do seu modo de ser dentro de um conjunto de relações sociais.

O homem, por excelência, é prático, ativo uma vez que é pela ação que modifica o meio ambiente que o cerca, tornando-o satisfatório às suas necessidades, e enquanto transforma a realidade, constrói a si mesmo no seio das relações sociais.

Enfim, é um ser histórico, uma vez que suas características não são fixas e eternas, mas determinadas pelos tempos, que passa a ser construtivo de si mesmo.

Em decorrência disso, cada ser humano é propriamente o conjunto das relações sociais que vivem, de forma prática, social e histórica.

A ação prática sobre a realidade desperta e desenvolve o entendimento, a capacidade de compreensão e emergência de níveis de abstração cada vez mais complexos.

O ser humano avança e se humaniza à medida que se reflete sob sua ação para entender o seu modo de agir e a seguir volta a ação instrumentalizada por um entendimento mais avançado e assim sucessivamente, com isso o entendimento e suas ações tornam-se elementos cada vez mais complexos e perfeitos assim como o ser humano. Deste modo o trabalho é a fonte de humanização de ser humano.

A EEE “São Francisco de Assis” tem seu embasamento filosófico no currículo funcional, porque o corpo docente está comprometido com a peça fundamental que é o aluno. Diante disso queremos formar cidadãos conscientes, responsáveis, participativos, capazes de compreender a importância de sua cidadania e, principalmente, com sua vida funcional, visando seu futuro.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Para tanto deveríamos ter uma sociedade humana, justa, sem preconceitos, com oportunidades iguais, onde todos fossem passíveis de boa vivência e convivência e, que esta sociedade abrangesse toda uma nação, num sistema igualitário, sem preconceito de cor, raça ou realidade social.

Mas, para que possamos viver nesta sociedade, precisamos de uma escola compromissada com uma educação de qualidade, ou seja, uma escola livre, condizente com a realidade de cada cidadão, do meio em que vive, onde seja discutidos e construídos os saberes e que estes saberes se transformem em aprendizagem, para que cada aluno se realize socialmente através dos mesmos. Uma escola real e que busca atender a diversidade, abrangendo todos os envolvidos no ensino e no saber, democrática, tendo condições de atender demandas sociais podendo receber alunos especiais, atendendo as condições básicas de atendimento que os mesmos necessitem, enfim, uma escola autônoma, emancipadora e transformadora.

Para Freire (1998), educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, educar é ensinar a pensar certo como quem fala com a força do testemunho.

Diante disso, é necessário que em uma escola todos os educadores se ajudem mutuamente até mesmo porque a aprendizagem e o ensino são empreendimentos comunitário, uma expressão de solidariedade, mais que aprender saberes os educandos devem aprender valores.

LINHA DE ATUAÇÃO

Promover e melhorar a qualidade da escola pública, considerando que ela é gratuita e universal;

Conscientizar a comunidade escolar da importância de uma cidadania participativa;

Tornar a escola um espaço vivo e democrático;

Abrir, manter e fortalecer um canal de participação da comunidade no cotidiano da escola;

Cumprir com as diretrizes legais.

MARCO OPERACIONAL

O plano de ação da escola será desenvolvido, dentro de uma gestão transformadora, reflexiva, capaz e preocupada com uma instituição pública de ensino, lugar técnico, na qual o nosso aluno tem acesso à apropriação do conhecimento, portanto, estaremos abertos, procurando criar as condições necessárias para o desenvolvimento de cada aluno. O caminho é longo e árduo, mas, trilharemos, passo a passo e que cada passo dado no dia-a-dia, seja o melhor para que o aluno possa aprender, pois, uma escola pública pode e deve ser uma escola de qualidade, buscando emancipar cada cidadão para que possam estar instrumentalizados para as mudanças sociais. Para isso, precisamos reconstruir sempre, criar novos planos de ações administrativas e pedagógicas, sintetizando uma política de ação com o propósito de transformar o processo educativo no trabalho coletivo, dando condições a cada um, de se libertar da opressão social.

Buscamos através de diferentes processos e integração a contribuição do ensino como um todo, ou, seja, estabelecer uma interlocução entre diferentes leituras da realidade escolar, buscando retomar novos eixos norteadores de diversas práticas pedagógicas e as possíveis contribuições de cada uma para a escola.

No que diz respeito à formação continuada abrangendo os segmentos da comunidade escolar, estaremos buscando a efetivação de transformações necessárias básicas, tentando construir uma educação emancipatória, almejando o sucesso dos alunos através de princípios e práticas inovadoras que possam ser usadas no cotidiano da sala de aula dentro de um redimensionamento administrativo escolar e de sua especificidade pedagógica.

Bem sabemos que redimensionar implica em reconstruir novos planos e ações administrativas e pedagógicas imbuídos num trabalho amplo da direção com a sua escola, que no intuito de mudanças e liderança deverá ter a capacidade de saber

ouvir, alinhar ideias, questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com o propósito de coordenar efetivamente o processo educativo trabalhando coletivamente.

Quanto à efetivação da inclusão especial na rede pública de ensino especialmente em nossa escola; detectamos que nossos professores necessitam de capacitação especial de acordo com cada necessidade para atendimento prioritário a cada uma delas, como por exemplo, o curso de libras para trabalhar com o deficiente auditivo, e ainda, nossa escola não atende as normas necessárias, como: banheiro c/barras, rampas acessíveis às salas de aula, cadeiras de roda, entre outras.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assunto didático-pedagógico, com atuação restrita a cada classe do estabelecimento de ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e o procedimento adequado a cada caso.

No Conselho de Classe estão inseridos o tratamento e ação para minimizar os problemas detectados durante o bimestre.

O Conselho de Classe é o momento e o espaço de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa da escola. É como um processo auxiliar da aprendizagem, onde se deve refletir a ação pedagógico/educativa e não apenas se ater às notas ou problemas de determinados alunos. Deve constituir-se uma ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida que a escola vive, intencionalmente executada e com um fim claro. É uma busca conjunta de alternativas de ação que levam à consecução dos objetivos propostos no Marco de referência.

Além disso, o conselho de classe tem por finalidade:

Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor na direção, do processo ensino-aprendizagem, proposto pela proposta curricular;

Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos;

Analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;

Utilizar procedimentos que assegurem à comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários ao ensino, evitando a comparação entre os alunos;

Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo de ensino-aprendizagem respondendo a consultas feitas pelo diretor e pela equipe

pedagógica;

Propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos na classe;

Estabelecer planos viáveis de recuperação dos alunos, em consonância com o plano curricular do estabelecimento de ensino;

Colaborar com a equipe Pedagógica na elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário;

Decidir sobre aprovação ou reprovação do aluno que, após a apuração dos resultados finais, não atinja o mínimo solicitado pelo estabelecimento, levando-se em consideração o desenvolvimento do aluno, até então.

O conselho de classe deve ser, além de tudo, um momento alegre e prazeroso e, ao mesmo tempo, sério, enquanto momento de emersão e crescimento da consciência pessoal e de grupos que nos faz sujeitos do processo educativo.

1º Etapa do Conselho de Classe - Autoavaliação do Professor

Para mostrar como colocar em prática as linhas de ação comuns propostas no bimestre anterior, etc.

Em que avançou, que dificuldade teve;

Que inovações na metodologia ou avaliação conseguiu pôr em prática;

A que causas atribuem o sucesso ou a falha nas tentativas que fez.

O que o professor diz na autocrítica deve servir como elemento para a coordenação ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas e confrontar os problemas que os outros também apresentem para juntos buscarem a superação.

2º Etapa - Análise Diagnóstica da Turma

A análise da turma deve apontar causas, ou ao menos sugerir hipóteses de causa dos problemas que o grupo apresenta, para que possam propor ações concretas ou atitudes que possam produzir as modificações desejadas.

A característica principal do Conselho de Classe é ser diagnóstico. Sem diagnose fica mais difícil apontar as necessidades que gerem as ações intencionais, metódicas e graduais para a transformação da realidade apresentada.

3º Etapa - Encaminhamento das Ações

Essa etapa tem a finalidade de definir o que se vai fazer em decorrência das

necessidades apontadas na análise da turma, para que a ação pedagógica seja eficaz, conjunta, tenha sentido e direção. Pode se propor uma AÇÃO CONCRETA, que deverá ser colocada em prática naquele bimestre pelos professores ou pelos serviços pedagógicos para sanar algumas necessidades específicas na análise diagnóstica da turma, como.

Organizar um passeio para confraternização.

Registrar por escrito problemas disciplinares.

Colocar por escrito no quadro os objetivos de trabalho no início de cada bimestre, etc.

Desenvolver ao menos dois trabalhos em grupo por mês.

Ao pedir trabalho e pesquisas aos alunos apresentar um roteiro por escrito das etapas que devem ser cumpridas.

Reorganizar os grupos de trabalho para aumentar a criação de novas amizades na turma.

Estabelecer em conjunto normas de convivência ou regras de disciplina.

Também, deve-se levar em conta a 'atitude', que é uma forma de agir, uma linha de ação que deve estar presente em todos os momentos de ação pedagógica para que tenha sentido e direção. Como a Ação Concreta a 'atitude' decorre de necessidades explicitadas na Análise Diagnóstica da Turma, assim sendo:

Refletir sistematicamente com os alunos sobre atitudes que tenham prejudicado a turma;

Dialogar sempre;

Incentivar e valorizar o progresso que a turma os apresentar;

Fazer valer as decisões tomadas em conjunto com a turma;

Ajudá-los a refletir sobre os limites que devem ter em suas atitudes em sala.

Essas propostas deverão ser elaboradas em conjuntos com professor, Equipe Técnica e Pedagógica.

No primeiro semestre, observa-se o conselho de Classe com a autocrítica do professor sobre a colocação em prática das Ações Concretas e ou Linhas de Ação proposta no Conselho anterior.

4º Etapa - Análise dos casos mais relevantes de cada turma

Essa etapa do Conselho se detém na análise dos casos mais significativos de cada turma.

Ao analisar o aluno, deve-se pensar que o seu contexto não é só a situação afetivo-emocional em que vive na família, mas também nas relações com o professor, e com o grupo de amigos da escola.

Ao se analisar os alunos nos vários aspectos de sua realidade como pessoa como estudante, não se trata de querer passar a mão na cabeça de alunos bagunceiros, ou de ter pena do aluno porque os pais são separados. Trata-se de uma visão de conjunto sobre cada caso para se tomar as atitudes adequadas para cada situação.

Na ata do Conselho registramos os alunos a serem encaminhados para um acompanhamento especial por parte da Equipe Técnico e Pedagógica da escola.

No Conselho do 2º semestre iniciamos a etapa da análise dos casos relevantes a partir dos nomes apontados no bimestre anterior para verificar se houve um crescimento ou que problemas ainda persistem. Consta ainda nessa relação o nome dos alunos repetentes e dos que passaram de ano com muita dificuldade para que os professores possam acompanhá-los de forma mais sistemática, procurando ajudá-los e incentivando-os mais.

CONSELHO DE ESCOLA

O conselho escolar é um órgão colegiado representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva e avaliativa sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, para o cumprimento da função específica da escola.

Seu objetivo é garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola numa perspectiva democrática, de modo que a organização das atividades seja pautada no princípio da gestão democrática. O conselho escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino.

São elas que dosam as possibilidades da ação no âmbito dos valores do que é certo ou errado, justo ou injusto. Portanto, nem tudo que podemos significa que devemos fazer. O exercício da participação é também o de fazer com que o cidadão reconheça suas próprias limitações como sujeito individual e coletivo. Quanto mais o conselheiro atinge essa clareza, mais se aproxima de um ideal de autonomia.

Um Conselho Escolar que aprende a caminhar com autonomia não precisa de agentes externos que lhe forcem a agir, pois a participação nele já se realiza.

Os aspectos acima percorridos são de fundamental importância para a

compreensão das funções de um conselheiro.

Estas se subdividem em três:

FUNÇÃO DELIBERATIVA	Quando decidem sobre o Projeto Político Pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas.
FUNÇÃO CONSULTIVA	Quando têm um caráter de assessoramento, analisado as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
FUNÇÃO AVALIATIVA E FISCALIZADORA	Quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

PROPOSTA PEDAGÓGICA E REFLEXÃO COLETIVA SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

A proposta curricular pedagógica da escola está inserida no P.P.P. a qual está em construção e será objeto de estudo dos professores no decorrer de sua vigência e através da mesma serão desencadeadas as ações de cada docente, assim como as concepções, critérios, instrumentos a serem seguidos e desenvolvidos na prática pedagógica.

O Plano de Trabalho Docente será organizado junto com o corpo docente para que sejam decididos em conjunto os planejamentos, reuniões pedagógicas e hora – atividades, visto que, nem todo docente trabalha em uma só escola.

UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS

Redimensionamento da concepção pedagógica administrativa da gestão dos equipamentos e espaços escolares:

Todos os espaços e equipamentos escolares estarão à disposição de todos os envolvidos, bem como da comunidade escolar, a fim de promovermos e

desenvolvermos um trabalho coletivo com intuito de compromisso com a aprendizagem dos alunos, assim como, o redimensionamento do espaço escolar.

ESPECIFICIDADES LOCAIS – ARTICULAÇÕES DE EVENTOS/ PROJETOS

No âmbito do P.P.P. buscaremos expor todos os trabalhos elaborados pelos alunos nos respectivos projetos, citados adiante, para apreciação da escola assim como da comunidade escolar. Temos em vista o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, visando o crescimento intelectual e cultural de todos os envolvidos assim como a união e a interação entre aluno/aluno, aluno/professor, professor/aluno, aluno/escola; etc.

EIXOS ORGANIZADORES DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR: P.P.P

GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE CRÍTICA DA FUNÇÃO DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Uma gestão democrática dar-se-á através da organização do trabalho pedagógico, priorizando o ensino-aprendizagem, assim como da contribuição de cada ser envolvido no âmbito escolar.

A APAE, que congrega pais, professores e funcionários de uma instituição escolar, constituída para prestar colaboração na implementação e execução da proposta pedagógica desse estabelecimento de ensino, enquanto órgão de apoio.

O Colegiado está no nível de participação da comunidade, na vida escolar, refletindo na qualidade do ensino na escola (trabalho coletivo), contribuindo para uma gestão participativa e democrática no cotidiano escolar e vem-se:

Discutindo e atuando na elaboração da proposta pedagógica;

Participando continuamente das ações escolares;

Conscientizando a importância da comunidade na realização dos projetos escolares juntos à APAE;

Envolvendo e integrando professores, funcionário, alunos e a comunidade nas atividades da escola;

Estabelecendo um elo entre a escola, os órgãos governamentais e não governamentais;

Conhecendo as reais necessidades da escola e contribuindo para superação das mesmas;

Realizando uma Gestão Transparente, com Comprometimento e Dedicação;

Divulgando as Ações Escolares.

PRINCÍPIOS QUE DEVEM NORTEAR O TRABALHO DA EQUIPE PEDAGÓGICA

- Ser Democrático, Transparente e Mediador durante sua Gestão;
- Saber ouvir, valorizando opiniões e aceitando as diferenças, ou seja, ter flexibilidade e diálogo.
- Orientar e comunicar a competência dos elementos formadores do Colegiado;
- Promove projetos com o apoio da comunidade;
- Ter humildade e evitar o corporativismo com os órgãos de apoio à sua gestão (APAE, Conselho Escolar);
- Ser agregador dos segmentos da escola;
- Promover momentos de avaliação;
- Estar presente, disponível e aberto à comunidade;
- Ser comprometido.

LINHAS DE ATUAÇÃO

- Promover e melhorar a qualidade da escola pública, considerando que ela é gratuita e universal;
- Conscientizar a comunidade escolar da importância de uma cidadania participativa;
- Tornar a escola um espaço vivo e democrático;
- Abrir, manter e fortalecer um canal de participação da comunidade no cotidiano da escola;
- Cumprir com as diretrizes legais.

POSICIONAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO

As tendências pedagógicas originam-se de movimentos sociais e filosóficos, num dado momento histórico que acabem por propiciar a união das práticas didático-pedagógicas, com os desejos e aspirações da sociedade de forma a favorecer o conhecimento sem, contudo, querer ser uma verdade única e absoluta. Seu conhecimento se reveste de especial importância para o professor que deseja construir sua prática.

Concluimos que é a partir do conhecimento das tendências pedagógicas que

podemos propor mudanças que propiciem o desenvolvimento do fazer, representar e exprimir. Por isso, o professor deve estar a par das teorias e tendências pedagógicas ao problematizar suas questões do cotidiano e ao pensar sua prática, sem contudo, estar firmemente preso a uma delas. Devemos, antes de tudo, procurar o melhor de cada uma, seguindo uma aplicação cuidadosa que permita avaliar sua eficiência.

Apesar da afirmação de que as pedagogias progressistas não têm como institucionalizarem-se numa sociedade capitalista, esta é uma tendência que se constitui num instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. Uma delas é a Pedagogia Histórico Crítica, surgida no final dos anos 70, que dá ênfase às relações interpessoais e ao crescimento que delas resultam, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, em seus processos de construção e organização pessoal da realidade e em sua capacidade de atuar como uma pessoa integrada.

A concepção de homem, dentro da tendência progressista, parte do pressuposto de “pessoa situada no mundo”, com conteúdos culturais, universais, sempre reavaliados frente à realidade social. O homem reconstrói em si, o mundo exterior.

O ensino-aprendizagem se constitui em técnicas de dirigir a pessoa a sua própria experiência, para que ela possa estruturar-se e agir. Os conhecimentos são construídos pela experiência pessoal e subjetiva, e a relação professor-aluno coloca o professor como autoridade competente que direciona o processo ensino-aprendizagem, como mediador entre conteúdos e alunos.

Conforme Saviani (1987), dentro do domínio das teorias críticas (consideradas progressistas), uma “teoria pedagógica é crítica quando leva em conta os determinantes sociais da educação”. Para o autor, esta teoria, precisa reconhecer que a educação é determinada socialmente, mas também precisa admitir que ela pode transformar as condições sociais. Saviani (1987) destaca a importância do papel do professor “tecnicamente competente”, ou seja: não basta que o professor seja “politicamente correto”; é preciso que ele realmente domine o saber da classe dominante, para poder transmiti-lo às classes dominadas. Daí também, a importância do papel da escola, em sua especificidade de instituição destinada ao ensino.

Para Saviani (1987), o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, “somente é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de distinguir-se a democracia como possibilidade no ponto de partida e como realidade no ponto de chegada. Democracia é conquista; não um dado. (...) E a prática pedagógica contribui de modo específico para a democratização da sociedade, na medida em que se compreende como se coloca a questão da democracia relativamente à natureza própria do

trabalho pedagógico”. (Saviani, 1987).

Considerando um enfoque que tem por base a dialética enquanto método de conhecimento, e também enquanto filosofia, Paulo Freire, defensor da Pedagogia Libertadora, observa que em diferentes momentos, enquanto seres da cultura que temos, “transformamos o mundo ao mesmo tempo em que somos por ele transformados”. Para o autor, a educação é um ato político de construção do conhecimento e de criação de uma outra sociedade: mais ética, mais justa, mais humana e mais solidária. Ele compreende que a ação educativa tem que garantir essas mudanças. Portanto, essa sociedade não deve ser construída pelas elites e sim deve-se constituir como resultado da luta de massas populares, as únicas capazes de operar tal mudança.

Dentro desta visão, a educação escolar deve estar baseada na participação grupal voltada para o coletivo. As ações pedagógicas devem partir do princípio do não-controle, onde o aluno deve ter liberdade de escolha.

O conhecimento é construído na fusão dos trabalhos intelectual e manual, buscando sempre uma resposta às necessidades e às exigências das questões vinculadas à vida de cada um, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais entre outros.

Dentro da Pedagogia de Paulo Freire, a sociedade deve ser crítica, questionando as relações do homem no seu meio. O homem cria a cultura na medida em que, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre ela e dá respostas aos desafios que encontra. Tal filosofia tem abordagem interacionista, com conteúdos obtidos através de temas geradores extraídos da vida dos alunos. Alunos e professores dialogam em condições de igualdade, desafiados por situações-problemas que devem compreender e solucionar; libertação de opressões; identidade cultural do aluno; estética do cotidiano. A educação abrange aspectos contextualizados.

A tendência progressista traz em seu bojo, características do construtivismo que sintetiza as teorias que buscam vislumbrar os processos de construção do conhecimento, assim como, discutir a complexidade do processo de aprendizagem. As teorias construtivistas buscam ainda, a superação do empirismo, onde se acredita que o conhecimento é produzido a partir das sensações e onde as experiências vão fornecendo conhecimentos ao longo da vida.

Conforme Aranha (1996), o conhecimento não pode ser concebido nem de uma forma (inata) nem de outra (a posteriori) e, sim, vai ser construído a partir das experiências (fatores externos ao indivíduo) e pelas características próprias do sujeito (fatores internos do indivíduo), ou seja, cada pessoa passa por várias etapas, em que organiza o pensamento e a afetividade. O conhecimento resulta de uma construção contínua, entremeada pela invenção e pela descoberta.

As propostas das pedagogias inseridas no contexto progressista, e voltam para a função transformadora da educação em relação à sociedade, sem com isto, negligenciar o processo de construção do conhecimento fundamentado nos conteúdos.

PROPOSTA EDUCACIONAL

O Projeto Político Pedagógico visa buscar soluções às exigências educacionais, centrado nas possibilidades individuais e mediado pelo conhecimento vivenciado no grupo social no qual a pessoa com deficiência está inserida.

Essa mediação só trará benefícios aos nossos alunos, pois irá ampliar as possibilidades de superação de suas limitações e consequentemente de interação.

Com o compromisso de criar um Projeto Político Pedagógico inovador é que nós, equipe técnico -pedagógica, professores, funcionários, etc., nos unimos em um único objetivo, que é “repensar” o processo de aprendizagem, como uma ação compartilhada, reconhecendo o aluno com deficiência capaz de se apropriar “ativamente” do conhecimento, assegurando seu direito ao exercício da cidadania.

As propostas sugeridas por nossa escola baseiam-se em atividades ou situações que são imprescindíveis na realização das ações presentes no processo ensino aprendizagem.

Para que isso ocorra, faz-se necessário:

Repensar e elaborar a prática pedagógica dos professores de acordo com os conteúdos sugeridos nas Diretrizes Curriculares, propiciando ao máximo possível, os princípios e recursos pedagógicos da educação regular.

Incentivar o aluno a ter iniciativa para agir de forma mais independente, construindo seus conhecimentos mais facilmente, podendo aprender ainda a serem criativos e cooperativos.

Levar o aluno a estabelecer interações sociais com os colegas e adultos, baseados no respeito mútuo e na cooperação, e que aprenda as normas sociais de modo ativo.

Propiciar ao aluno os conhecimentos, habilidades e valores considerados relevantes do ponto de vista social, levando-se em consideração o nível de desenvolvimento cognitivo de cada um.

Proporcionar o diálogo entre os alunos, incentivando a organização de seu pensamento de maneira lógica e coerente.

Para que haja o sucesso deste Projeto, está sendo trabalhado todo o quadro profissional da instituição com estudos, participação e troca de experiências.

Através deste PPP a escola deve-se adequar às Diretrizes Curriculares que propõe uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares: ao invés de um ensino em que o conteúdo era visto como fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.

Neste Projeto, os conteúdos e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola são operacionalizados, ou seja, manifestados em ações pedagógicas.

O projeto educacional expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdos, como também exige uma resignificação, em que a noção de conteúdo escolar se amplia para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes.

Ao tomar como objeto de aprendizagem escolar os conteúdos de diferentes naturezas, reafirma-se a responsabilidade da escola com a formação ampla do aluno e a necessidade de intervenções conscientes e planejadas nessa direção.

Os conteúdos referentes a conceitos, procedimentos, valores, normas e atitudes estão presentes nos documentos, tanto de áreas, quanto de Temas Transversais, por contribuírem para a aquisição das capacidades definidas nos objetivos de nossa escola, voltada para um currículo funcional.

A consciência da importância desse conteúdo é essencial para garantir-lhes tratamento apropriado, em que se vise um desenvolvimento amplo, harmônico e equilibrado dos alunos, tendo em vista sua vinculação à função social, assim, temos uma referência suficientemente aberta para técnicos e professores analisarem, refletirem e tomarem decisões, resultando em ampliações ou reduções de certos aspectos, em função das necessidades de aprendizagem de seus alunos.

A conquista dos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico depende de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo. Nessa medida, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluem orientações didáticas, que são subsídios à reflexão sobre como ensinar e, é isto que nossa escola coletivamente pretende.

Apontamos alguns considerados essenciais pela maioria dos profissionais de nossa escola, que são: autonomia, diversidade, interação e cooperação; disponibilidade para a aprendizagem; organização do tempo; organização do espaço; e seleção de material.

AUTONOMIA

A autonomia é tomada ao mesmo tempo como capacidade a ser desenvolvida pelos alunos com princípio didático geral, orientador das práticas pedagógicas.

O sentido da autonomia como princípio geral é uma opção metodológica que considera atuação do aluno na construção de seus próprios conhecimentos, valoriza suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor – aluno e aluno-aluno, buscando essencialmente a passagem progressiva de situações em que o aluno é dirigido por outrem às situações dirigidas pelo próprio aluno.

DIVERSIDADE

As adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no País. Essas adaptações, porém, não dão conta da diversidade no plano dos indivíduos em uma sala de aula. A educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do aluno para aprendizagem em um determinado momento.

Dessa forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar autoestima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais.

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.

Concluimos a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens, fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

INTERAÇÃO E COOPERAÇÃO

Um dos objetivos da educação escolar é que os alunos aprendam a

assumir a palavra anunciada e a conviver em grupo de maneira produtiva e cooperativa. Dessa forma, são fundamentais as situações em que possam aprender a dialogar, a ouvir o outro, a ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta, etc. É essencial aprender procedimentos dessa natureza e valorizá-lo como forma de convívio escolar e social. Trabalhar em grupo de maneira cooperativa é sempre uma tarefa difícil, mesmo para adultos convencidos de sua necessidade.

A criação de um clima favorável a esse aprendizado depende do compromisso do professor em aceitar contribuições dos alunos (respeitando-as, mesmo quando apresentadas de forma confusa ou incorreta) em favorecer o respeito, por parte do grupo, assegurando a participação de todos os alunos.

Assim, a organização de atividades que favoreçam a fala e a escrita como meios de reorganização e reconstrução das experiências compartilhadas pelos alunos ocupam papel de destaque no trabalho em sala de aula.

A comunicação propiciada nas atividades em grupo levará os alunos a perceberem a necessidade de dialogar, resolver mal-entendidos, ressaltar diferenças e semelhança, explicar e exemplificar, apropriando-se de conhecimentos.

O estabelecimento de condições adequadas para a interação não pode estar pautado somente em questões cognitivas. Os aspectos emocionais e afetivos são tão relevantes quanto os cognitivos, principalmente para os alunos prejudicados por fracassos escolares ou que não estejam interessados no que a escola pode oferecer. A afetividade, o grau de aceitação ou rejeição, a competitividade e o ritmo de produção estabelecidos em um grupo interferem diretamente na produção do trabalho. A participação de um aluno muitas vezes varia em função do grupo em que está inserido.

A disponibilidade cognitiva e emocional dos alunos para a aprendizagem é fator essencial para que haja uma interação cooperativa, sem depreciação do colega por sua eventual falta de informação ou incompreensão. Aprender a conviver em grupo supõe um domínio progressivo de procedimentos, valores, normas e atitudes.

A organização dos alunos em grupos de trabalho influencia o processo de ensino e aprendizagem, e pode ser otimizada quando o professor interfere na organização dos grupos.

Agrupamentos adequados, que levem em conta a diversidade dos alunos, tornam-se eficazes na individualização de ensino.

O convívio escolar pretendido depende do estabelecimento de regras e normas de funcionamento e de comportamento que sejam coerentes com os objetivos definidos no Projeto Político Pedagógico. A comunicação clara dessas normas possibilita a compreensão pelos alunos das atitudes de disciplina

demonstrada pelos professores dentro e fora da classe criando um clima harmonioso de estudo.

DISPONIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM

Para que uma aprendizagem significativa possa acontecer, é necessário a disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o exemplo em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo, em usar os instrumentos adequados que conhece e dispõe para alcançar a maior compreensão possível. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos, de maneira totalmente diferente da aprendizagem mecânica, na qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais.

A aprendizagem significativa depende de uma motivação intrínseca, isto é, o aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender. A disposição para a aprendizagem não depende exclusivamente do aluno, demanda que a prática didática garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça. Uma atitude curiosa e investigativa, deve propor prioritariamente atividades que exijam essa postura, e não a passividade. Deve valorizar o processo e a qualidade, e não apenas a rapidez na realização. Deve esperar estratégias criativas e originais e não a mesma resposta de todos.

A intervenção do professor precisa, então, garantir que o aluno conheça o objetivo da atividade, situe-se em relação à tarefa, reconheça os problemas que a situação apresenta, e seja capaz de resolvê-los. Para tal, é necessário que o professor proponha situações didáticas com objetivos e determinações claras, para que os alunos possam tomar decisões pensadas sobre o encaminhamento de seu trabalho, além de selecionar e tratar ajustadamente os conteúdos. A complexidade da atividade também interfere no envolvimento do aluno. Um nível de complexidade muito elevado, ou muito baixo, não contribui para reflexão e o debate, situação que indica a participação ativa e compromissada do aluno no processo de aprendizagem.

As atividades propostas precisam garantir organização e ajuste à reais possibilidades dos alunos, de forma que cada uma não seja muito difícil nem demasiado fácil. Os alunos devem poder realizá-la numa situação desafiadora.

Um fator que interfere na disponibilidade do aluno para a aprendizagem é a unidade entre escola, sociedade e cultura, o que exige trabalho com objetivos sócio culturais do cotidiano extraescolar, como por exemplo, jornais, revistas, filmes, instrumentos de medida, etc., sem esvaziá-los de significado, ou seja, sem que percam sua função social real, contribuindo, assim, para imprimir sentido às atividades escolares.

Aprender é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é reconhecido. Para o sucesso da empreitada, é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões de ordem afetiva. Mas isso não fica garantido apenas exclusivamente pelas ações do professor, embora, sejam fundamentais dada a autoridade que ele representa, mas também deve ser conseguido nas relações entre alunos. O trabalho educacional inclui as intervenções para que os alunos aprendam a respeitar diferenças, a estabelecer vínculos de confiança e uma prática cooperativa e solidária.

Em geral, os alunos buscam corresponder às expectativas de aprendizagem significativa, desde que haja um clima favorável de trabalho, no qual a avaliação e a observação do caminho por eles percorridos seja, de fato, instrumento de autorregulação do processo de ensino e aprendizagem.

Quando não se instaura na classe um clima favorável de confiança, compromisso e responsabilidade, os encaminhamentos do professor ficam comprometidos.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

A consideração do tempo como variável que interfere na construção de autonomia permite ao professor criar situações em que o aluno possa progressivamente controlar a realização de suas atividades. Por meio de erros e acertos, o aluno toma consciência de suas possibilidades e constrói mecanismos de autorregulação que possibilita decidir como alocar seu tempo.

Assim, é preciso que o professor defina claramente as atividades, estabeleça a organização em grupo, disponibilize recursos materiais adequados e defina o período de execução previsto, dentro do quais os alunos serão livres para tomar suas decisões.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

A organização do espaço reflete a concepção metodológica adotada pelo professor e pela escola.

Nosso espaço expressa o trabalho proposto no Projeto Político Pedagógico, tendo uso de carteiras móveis, as crianças têm acesso aos materiais de uso frequente, as paredes são utilizadas para exposição de trabalhos individuais e coletivos, desenhos, murais. Nessa organização os alunos assumem responsabilidades pela decoração, ordem e limpeza da classe. O espaço é tratado dessa maneira, passando ser objetivo de aprendizagem e respeito, o que ocorre por meio de investimentos sistemáticos ao longo da escolaridade.

O espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo propostas atividades fora dela. A programação conta de passeios, excursões, cinema, visitas a fábricas, marcenaria, padarias, enfim, com as possibilidades existentes em cada local e as necessidades de realização do trabalho escolar.

No dia-a-dia aproveitamos os espaços para realizar atividades cotidianas, como ler, contar histórias, fazer desenhos de observação, buscar materiais para coleções. Dada a pouca infraestrutura de nossa escola, é preciso contar com a improvisação de espaços para o desenvolvimento de atividades específicas de teatro, artes plásticas, música, esportes, etc.

Concluimos que a utilização e a organização do espaço e do tempo refletem a concepção pedagógica e interferem diretamente na construção da autonomia.

SELEÇÃO DE MATERIAL

Todo material é fonte de informação, mas nenhum é utilizado com exclusividade. É importante haver diversidade de materiais para que os conteúdos possam ser tratados da maneira mais ampla possível.

O livro didático é preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. É importante considerar que o livro didático não é o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informações que contribuem para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento.

Materiais de uso frequente são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo a sua volta.

É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras, por este motivo iniciamos o desenvolvimento do projeto de informática na escola o que veio de encontro com as necessidades e interesses dos alunos motivando-os no processo ensino aprendizagem.

Concluimos que a qualidade da atuação da escola depende da participação conjunta dos profissionais (orientadores, supervisores, professores) para tomada de decisões sobre aspectos da prática didática, bem como sua execução.

As metas propostas se efetivarão a longo prazo. É necessário que os

profissionais estejam comprometidos, dispondo de tempo e de recursos. Mesmo em condições ótimas de recursos, dificuldades e limitações sempre estarão presentes, pois na escola se manifestam os conflitos existentes na sociedade.

As considerações feitas pretendem auxiliar os professores na reflexão sobre suas práticas na participação e na elaboração do Projeto Político Pedagógico de nossa escola. A qualidade das propostas apresentadas neste projeto referentes aos materiais didáticos, horários, espaço, organização e estrutura das classes, a seleção de conteúdos e a proposição de atividades concorrem para que o caminho seja percorrido com sucesso.

Trata-se de um trabalho compartilhado que procura otimizar a provisão de serviços e recursos para atender a todos os alunos, independentemente de apresentarem diferenças significativas, reconhecendo que a escola tem como fim desenvolver as capacidades acadêmicas, cognitivas, afetivo-emocionais e sociais que potencializem o desenvolvimento pessoal de cada um deles.

No processo de ensino-aprendizagem, os professores são levados a olhar para o programa como se seus alunos fossem “todos iguais”. No entanto, deparam com alunos que vão se revelando diferentes, apresentando problemas diante dos processos de aprendizagem e socialização. Diante deste contexto os professores vão adequando o currículo, tornando-o flexível mediante as possíveis adaptações curriculares para atender as especificidades de seus alunos.

Nesta perspectiva é fundamental a organização dos procedimentos didático-pedagógicos (conteúdo, objetivo, metodologia e avaliação) que viabilizam a participação do aluno. Dentre os recursos metodológicos de “possibilidades” em sala de aula, podemos contar com os recursos da Tecnologia Assistiva, da Comunicação Alternativa e Acessibilidade possibilitando aos alunos o acesso ao computador e outros dispositivos que favorecem a sua interação com o outro e com o mundo. E com o avanço da tecnologia temos usado dispositivos tecnológicos para favorecer e aumentar as capacidades funcionais estimulando a independência, integração, socialização e inclusão dos alunos de qualquer tipo de alteração, mas em especial as que apresentam paralisia cerebral.

Para o desenvolvimento da Comunicação Alternativa tornou-se necessário o uso integrado de componentes como os símbolos, os recursos, as estratégias e as técnicas formando um sistema de comunicação. Muitas vezes o aluno utiliza apenas o seu corpo para se comunicar por meio de gestos, sinais manuais, as vocalizações e as expressões faciais. São utilizados também objetos reais, objetos em miniatura, fotografias, recortes de revistas, embalagens de produtos, pranchas de comunicação, avental, computador, letras emborrachadas e imantadas, livro didático etc.

Alunos da área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento apresentam

dificuldade de adaptação escolar e de aprendizagem, associados ou não a limitações no processo de desenvolvimento biopsicossocial, com dificuldades em acompanhar as atividades curriculares e requerem apoio e atendimento especializado intenso e contínuo. Para um atendimento mais eficaz dos alunos citados acima, será utilizado o método TEACH, através do qual serão trabalhadas as seguintes áreas: cognitiva, social, emocional, autocuidado, linguagem (oral e escrita), psicomotora, e matemática.

O planejamento e a construção de um plano de trabalho docente voltado às necessidades das especificidades dos alunos é fundamental para conhecer o aluno na sua individualidade, respeitar seu tempo, reconhecer aquilo que é importante para cada um, formar vínculo, ajudá-lo a se perceber, e principalmente entender que a agressão nos momentos de agitação motora não se dirige à professores ou à colegas, mas sim à manifestações sintomáticas da sua estrutura psíquica.

Para este alunado as adaptações curriculares devem se referir a um contexto, não diz respeito somente ao aluno, mas no encontro que ocorre na sala de aula em que convergem o aluno, sua família, o professor, sua experiência, a escola, o plano curricular, as expectativas dos pais etc. Torna-se necessário uma avaliação diária e contínua em relação às ações do cotidiano com o objetivo de desenvolver as potencialidades de cada aluno proporcionando qualidade de vida objetivando sua inclusão educacional e social. No entanto é importante compreender a pessoa, sua história de vida, isto é, sua singularidade, tendo em vista que cada aluno desenvolve de maneira única sua personalidade, seu modo de viver e modo de enfrentar as suas dificuldades. Portanto, a frequência à escola é um recurso fundamental para a conservação e desenvolvimento das capacidades cognitivas do educando. Nesse caminho, a escola emerge cada vez mais, como espaço possível do desenvolvimento das potencialidades dos alunos independentemente do seu grau de dificuldade, pois a cada dia novas tecnologias estão surgindo facilitando o atendimento da pessoa com deficiência no contexto escolar e ainda mais por poder contar com a parceria das outras áreas do conhecimento como a psiquiatria, a psicologia, a neurologia no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- _____. Anais. As APAEs e novo milênio: passaporte para a cidadania. Fortaleza: 2001. Maria Lippinott Ferreira Costa. Currículo escolar para pessoas com distúrbios severos.
- _____. Aprendizagem do adolescente com deficiência. Novembro, 2005.
- _____. Cartilha de habilidades básicas e de gestão. Brasília: Fenapae, 2000.
- _____. Decreto n. 186, de 10 de julho de 2008. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de maio de 2007. Brasília: Nota dez, 2008. Disponível em: <<http://www.revistards.com.br/content/imprime.asp?id=66419>>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- _____. Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- _____. Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004. DOU de 3/12/2004.
- _____. Decreto nº. 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Contratação de aprendizes nas empresas.
- _____. Educação profissional. Brasília: Fenapae, 2000.
- _____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8069/90. Brasília, 1998.
- _____. Guia para desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão. Brasília: Fenapae, 2000.
- _____. Inteligência: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: 2005.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Estratégias e orientações para educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas. Brasília: 2002.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: 2008.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência múltipla. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN - 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental / deficiência múltipla. Brasília: 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: 2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Convenção nº. 111 e a promoção da igualdade na negociação coletiva. Brasília: TEM, 2000.

_____. Plano orientador para gestores e profissionais: educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2007.

_____. Posicionamento do Movimento Apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiências intelectual e múltipla. Brasília: Dupligráfica, 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Currículo funcional natural: guia prático para a educação do autismo e deficiência mental. Maceió: Assista, 2005.

_____. Trabalho para pessoa portadora de deficiência: instrumento de pleno exercício da cidadania. In: ALCÂNTARA, Maria Helena. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília: APAE-DF/Dupligráfica, 2003.

_____. Decreto nº. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN - 9.394 de 20 dez. 1996.

_____/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA./ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento (do nascimento aos 3 anos de idade e dos 4 aos 6 anos). Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução nº 7 de 15 de dezembro de 2010. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília.

ALCÂNTARA, Maria Helena. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília: APAE-DF/Dupligráfica, 2003.

ALMEIDA, Rosângela D. de, PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 3ª ed. Coleção Repensando o Ensino. São Paulo: Contexto, 1991.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZEVEDO, Eliana. Raça: conceito e preconceito. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. Coleção Magistério de 2º Grau. São Paulo: Cortez, 1990.

BATISTA, C. A. M. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2006.

BATISTA, Cristina e outros. Educação profissional e colocação no trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. 2ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília: MEC-SEF, 1995. (versão preliminar).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ECULTURA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Organização de conteúdos segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEESP, 2001

CAPE - Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado: Diretrizes para cooperação técnica entre as APAE's e a SE - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo / Secretaria da Educação. São Paulo, 2013.

CARDOSO, M. C. F. Abordagem ecológica em educação especial: fundamentos básicos para o currículo. Brasília: MEC/Corde, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. Educação profissional para pessoas com deficiência: cursos e programas inteligentes. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

CASTANEDO, C. Bases psicopedagógicas de la educación especial: evaluación e intervención. Madrid: Editorial CCS, 2001.

CERQUEIRA, M.T.A. Currículo Funcional na educação especial para o

desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual (12 a 18 anos)

COSTA, A. M. B. Currículo Funcional no contexto da educação inclusiva. Cintra/Portugal, 2006.

COSTA, A. M. B. et al. Currículos Funcionais na Educação de crianças, e jovens com deficiência intelectual acentuada. v.I, 1.ed. Lisboa/Portugal, 1996.

COSTA, M. L. F. Uma alternativa educacional para alunos com limitação intelectual moderada e severa. São Paulo: Integração, 1992.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente: lei 8069 de 13 de julho de 1990. 3ª ed. São Paulo: CBIA-SP/Sitraemfa, 1991.

FALVEY, M. A. Community-based curriculum: instructional strategies for students with severe handicaps. Baltimore: Paul H. Brooks, 1989.

FARACO, Carlos, MOURA, Francisco. Para gostar de escrever. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial de São Paulo, 2007.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Ação pedagógica.v.2, Brasília, 1993.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. APAE Educadora: a escola que buscamos. Proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Educação Profissional e trabalho para pessoas com deficiência intelectual e múltipla – Plano orientador para gestores e profissionais. Brasília, 2007.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Proposta de organização de conteúdos segundo os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental das séries iniciais. (1º ciclo). Brasília, 2001.

Fedosse, Elizabete. Organizadora: Diretrizes para a Educação Especial para o Trabalho Documento orientador para convênios. São Paulo, 2013.

FERNANDEZ, D. Aspectos metacognitivos na resolução de problemas de Matemática. Revista Educação Matemática, n. 8, p. 3. Lisboa, jan.-mar 1989.

FERREIRA, J. R. A construção escolar da deficiência mental. Campinas, 1987. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRO, Emília. Los adultos no alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura. México: Instituto Pedagógico Nacional, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1987.

GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GILLBERG, C. Infantile autism: diagnosis and treatment. *Acta Psychiat. Scand*, V. 81, 1990.

GLENNEN, S. L.; DECOSTE, D. C. Handbook of augmentative and alternative communication. San Diego: Singular Publishing Group, Inc., 1997.

GODOI, A.M.Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GOMES, A. L. L. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. São Paulo: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial de São Paulo, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. O trabalho do portador de deficiência. Comentários ao Decreto nº. 3.298/99. *Gênesis Revista de Direito ao Trabalho*, nº. 88, p. 481-640, Curitiba, abril 2000.

JAIME, L. R.; CARMO, J. C. A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: o resgate de um direito de cidadania. São Paulo: Ed. dos Autores, 2005.

LE BLANC, J. M. El curriculom funcional em la educaci3n de la persona com retardo mental. Artigo de la ASPADEM: Málaga, España, 1992.

MAIA, S. R. (ORG.) Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial: Sugestões de recursos acessíveis e estratégias de ensino. Grupo Brasil de apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial. 198 p. ISBN 978-85-62252-03-7. São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Unidades especializadas em multideficiência: normas orientadoras. Col. Apoios Educativos. v.11, ISBN 972742200-4. Portugal, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Gestão das questões relativas à deficiência no local de trabalho. Brasília: 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID -10. Tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1983.

PALMA, Diego. La construcci3n de Prometeo: educaci3n para una democracia

latinoamericana. Lima: Ceaal/Tarea, 1993.

PASTORE, J. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: LTr, 2000.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de História e Geografia. Coleção Magistério de 2º Grau. São Paulo: Cortez, 1994.

PIRES, Célia Maria Carolino, MANSUTTI, Maria Amábile. Idéias matemáticas: a construção a partir do cotidiano. In: CENPEC — Centro de Pesquisa para Educação e Cultura. Oficinas de matemática e de leitura e escrita: escola comprometida com a qualidade. São Paulo: Plexus, 1995.

RESENDE, A. P. C.; VITAL; F. M. P. A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

Ribeiro, Vera Maria Masagão - coordenação e texto final; Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Educação ambiental: uma abordagem pedagógica de temas da atualidade. São Paulo/Erexim: CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação/CRAB — Movimento de Atingidos por Barragens, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE 11, de 31 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução nº 31, de 24 de março de 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS APAES DE SÃO PAULO. Proposta de atendimento das escolas de educação especial das APAEs: Ensino Fundamental. São Paulo, 2008.

SHEVIN, M.; KLEIN, N. K. The importance of choice-making skills for students with severe disabilities. Journal of the Association for Persons with Severe Handicaps, v. 9, 1984.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan; STEFANICH, Greg; ALPER, Sandy. A aprendizagem nas escolas inclusivas: E o currículo? In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SUPLINO, M. Currículo Funcional Natural: Guia Prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. 3. ed. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de

Deficiência. Rio de Janeiro, 2009.

TÍBOLA, Ivanilde Maria. APAE educadora a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais / coordenação geral :. Brasília: Federação Nacional das APAE's, 2001.